



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4964

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta, não votados

**Autoria:** Tarcísio Iran Rêgo

**Data:** 23/01/1997

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/97. (RETIRADO). Estabelece normas para a liberação e/ou renovação de Alvará de Localização e Funcionamento.

**Controle Interno – Caixa:** 27.2

**Posição:** 52

**Número de folhas:** 05

---

Especie: PL  
Categoria: Pendentes  
Cl.: 27.2  
Ordem: 52  
Nº fls: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

AUTOR: Vereador Tarcísio Iran Rego

**ASSUNTO:**

Estabelece normas para a liberação e/ou renovação  
de alvará de localização e funcionamento.

Caixa

**MOVIMENTO**

1 Recebido em 23.01.97

2 À Com. de Leg. e Justiça

3 Aprovado em 1º - 20.02.97

4 Adida a discussão - 25.02.97.

5 RETIRADO DE Pauta - 04.03.97.

6 Arquivado -

7

8

9

10

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS****Estado de Minas Gerais****Parecer  
Assessoria Jurídica Legislativa****Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97*****Relatório***

De autoria do Vereador Tarcísio Iran Rego, o Projeto de Lei em tela “estabelece normas para a liberação e/ou renovação de alvará de funcionamento e localização”.

Enviada a proposição a esta Assessoria, para ser apreciada quanto à constitucionalidade, passamos a emitir o seguinte parecer:

***Fundamentação***

O Projeto de Lei em destaque atende perfeitamente as exigências legais da iniciativa e da competência contidas nas determinações legais do artigo 39 da Lei Orgânica Municipal, estando, portanto, inserido dentro das atribuições da Câmara Municipal.

De um modo geral, pode a Câmara, por deliberação do Plenário, indicar medidas administrativas ao Prefeito adjuvandi causa, isto é, a título de colaboração e sem força coativa ou obrigatória para o Executivo. Ao nosso ver, data venia, a intenção contida no contexto do Projeto.

***Conclusão***

Diante do exposto, chega-se à conclusão que o Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97 é legal e constitucional.

Este é o nosso parecer.

Assessoria Jurídica Legislativa, 06 de fevereiro de 1997

  
**Manoel Rodrigues da Silveira**

**Assessor Jurídico**

*Manoel R. Silveira*

Assessor Jurídico Legislativo

Montes Claros - MG

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Estado de Minas Gerais**

**Ofício nº** : 004/97  
**Assunto** : Encaminha Parecer  
**Serviço** : Assessoria Jurídica Legislativa  
**Data** : 07/02/97

**Senhor Presidente,**

Em atendimento à solicitação desta Presidência, estamos devolvendo à V. Exa., com o respectivo parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº \_\_/97, de autoria do Vereador Tarcísio Iran Rego, que “estabelece normas para a liberação e/ou renovação de alvará de funcionamento e localização”.

Nesta oportunidade, aproveitamos do ensejo para renovar-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Manoel Rodrigues da Silveira**  
**Assessor Jurídico**

*Manoel R. Silveira*  
Assessor Jurídico Legislativo  
Montes Claros - MG

**Exmo. Sr.**  
**Dr. Ivan José Lopes**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA**





## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

Estabelece normas para a liberação e/ou renovação de alvará de funcionamento e localização.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - A liberação e/ou renovação de alvará de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços de qualquer natureza, sediados nesta cidade, em via ou logradouro público já dotado de meio-fio, ainda que sem pavimento, somente se efetivará, após constatado pelo setor competente da Prefeitura, que o imóvel em que funciona o estabelecimento é dotado de passeio público construído em toda extensão da largura de sua fachada.

Artigo 2º - A exigência de que trata o artigo anterior não exime o proprietário do estabelecimento do cumprimento das demais obrigações e/ou requisitos já previstos em Lei para efeito de concessão da referida licença.

Artigo 3º - Compete ao Executivo Municipal, através dos seus órgãos próprios, fiscalizar e fazer cumprir o disposto na presente Lei,

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Sala das sessões, 21 de janeiro de 1997

Vereador Tarcísio Iran Rego

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE

EM 13 DE Jan DE 1977

PRESIDENTE

Pagosa favorável.  
A. Silveira

*[Handwritten signature]*